

ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

## PREGÃO PRESENCIAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N°. 026/2022

PROCESSO: 133/2022

DATA DA REALIZAÇÃO: 18/11/2022 HORÁRIO: 09h00min horário de Brasília

LOCAL: Departamento de Compras e Licitações - Prefeitura Municipal ENDEREÇO: Praça Rio Branco, 86 - Centro - Monte Azul Paulista - SP.

#### A PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE AZUL

<u>PAULISTA</u>, Estado de São Paulo, localizada na Praça Rio Branco, nº 86, <u>TORNA PÚBLICO</u>, para conhecimento de todos os interessados, que se acha aberta a licitação , na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº 026/2022, instaurado pelo processo nº 133/2022, do tipo <u>menor preço unitário por item, e</u> tendo por objeto a aquisição de diversos equipamentos de TI (Tecnologia da informação), compondo novo data Center na unidade central da GCM (Guarda Cívil Municipal) de Monte Azul Paulista objetivando a instalação e gestão das Câmeras Inteligentes, bem como a captação e tratamento das respectivas imagens, com recursos de origem em Emendas Impositivas, CC-PRC-2022-00225-DM, firmado entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Casa Civil, e o Município de Monte Azul Paulista, com recursos de contra partida municipal conforme Anexo I, Termo de Referência.

O referido pregão será regido com base as normas estabelecidas pela Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e as alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883/94 e 9.854/99; Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2.002, Decreto 3.555, de 08 de agosto de 2000, regulamentadas pelo Decreto Municipal nº 2136, de 04 de Junho de 2.009; aplicandose, subsidiariamente, no que couber Lei nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147, de 07 de Agosto de 2014, e demais legislações pertinentes, mediante as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

As propostas deverão obedecer às especificações estabelecidas por este instrumento convocatório e seus anexos, que dele fazem parte integrante. Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento do pregão, após o credenciamento dos interessados, que se apresentarem para participar do certame.

A sessão de processamento do pregão será realizada no **Departamento de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal, na Praça Rio Branco, 86 - Centro - Monte Azul Paulista - SP., <u>iniciando-se</u> às <u>09h00min</u>, horário de Brasília, do dia 18/11/2022, e os trabalhos serão <b>conduzidos** pelo **PREGOEIRO**, auxiliado pela **EQUIPE DE APOIO**, conforme designação contida nos autos do processo

As empresas interessadas poderão entrar em contato com o Setor de Licitação, na sede



ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

administrativa da Prefeitura Municipal, na Praça Rio Branco, nº 71 para obter informações sobre o processo de licitação, inclusive pelo telefone (17) 3361-9501. O presente Edital também será disponibilizado gratuitamente através do site: http://www.monteazulpaulista.sp.gov.br .

#### 1. OBJETO

1.1 Aquisição de diversos equipamentos de TI (Tecnologia da informação), compondo novo data Center na unidade central da GCM (Guarda Cívil Municipal) de Monte Azul Paulista objetivando a instalação e gestão das Câmeras Inteligentes, bem como a captação e tratamento das respectivas imagens, com recursos de origem em Emendas Impositivas, CC-PRC-2022-00225-DM, firmado entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Casa Civil, e o Município de Monte Azul Paulista, e com recursos de contrapartida municipal conforme Anexo I, Termo de Referência.

## 2. DAS C<u>ONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:</u>

- **2.1** Poderão participar deste Pregão toda e qualquer firma individual ou sociedade regularmente estabelecida no País, do ramo de atividades pertinentes ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento e demais exigências, constantes deste edital e que satisfaçam as seguintes condições;
- **a)** Ter previsto no objeto social, atividade pertinente com o item objeto da licitação.
- **2.2** As licitantes que comprovarem o enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06 terão tratamento diferenciado das demais, consoante, disposições constantes nos arts. 42 a 45 do mesmo diploma legal.
- **2.3**. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo os interessados que se enquadrarem em uma ou mais situações abaixo especificadas:
  - a) Estrangeiras que não funcionem no País;
- **b)** Reunida sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- **c)** Suspensas temporariamente para licitar e impedidas de contratar com esta Administração nos termos do inciso III do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;



ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

- **d)** Impedidas de licitar e contratar nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, e sumula 51 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
  - e) Impedidas de licitar e contratar nos termos do artigo 10 da Lei nº 9.605/1998;
  - f) Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas;
  - g) Empresas que se submetam nas hipóteses do art. 9º da Lei nº 8.666/1993

#### 3. <u>DO CREDENCIAMENTO</u>:

- **3.1** . Para o credenciamento, as empresas interessadas deverão apresentar os seguintes documentos:
- a) em sendo sócio, proprietário ou dirigente da empresa licitante, cópia do respectivo estatuto ou contrato social, <u>DEVIDAMENTE AUTENTICADO POR CARTÓRIO COMPETENTE, OU NO CASO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL, COM O CERTIFICADO VÁLIDO</u>, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- b) em sendo representante **ou** procurador, instrumento público ou particular de procuração; **ou carta de credenciamento**, conforme o modelo de que trata o **Anexo II**, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor e renunciar ao direito de recurso e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado da cópia do respectivo estatuto ou contrato social, **DEVIDAMENTE AUTENTICADO POR CARTÓRIO COMPETENTE**, **OU NO CASO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL, COM O CERTIFICADO VÁLIDO** correspondente ao documento que comprova os poderes do mandante, quem outorga os poderes ao credenciado;
- c) o representante legal e ou o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial que contenha sua foto.
- **3.2**. Será admitido na sessão pública deste Pregão apenas **1 (um) representante** para cada empresa licitante, devidamente credenciado, sendo que as demais pessoas presentes poderão assistir ao ato público, mas sem direito a voz ou qualquer manifestação pessoal. O representante já credenciado para o certame em epígrafe, caso necessite em qualquer fase do processo, substabelecer para outro os poderes a ele conferido poderá fazer somente se a carta de credenciamento ou a procuração trouxer expresso tal investidura, e desde que o outro não seja representante de uma das licitantes participantes do certame.
- **3.3** . O licitante que não contar com representante presente na sessão ou, ainda que presente, não puder praticar os atos em seu nome por conta da apresentação de



ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

documentação defeituosa, ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor ou renunciar ao direito de recurso, ficando mantido, portanto, o preço apresentado na proposta escrita, que há de ser considerada para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

- 3.4 . Dando continuidade à fase de credenciamento, os representantes das empresas deverão entregar ao Pregoeiro: as seguintes declarações:
- a) As empresas enquadradas como Microempresas ME ou Empresas de Pequeno Porte EPP, visando o exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei complementar 147, de 07 de Agosto de 2014, e Decreto Federal nº 8.538 de 06 de Outubro de 2015;, deverão entregar a Declaração elaborada de acordo com o modelo estabelecido no Anexo III deste Edital, e apresentada fora dos envelopes n. 01 (proposta) e n. 02 (documentos de habilitação);

#### b) Todas as empresas:

- b1) <u>Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação e inexistência de fatos impeditivos à habilitação</u>, assinada por quem de direito, devendo o subscritor estar devidamente identificado e a declaração estar redigida conforme os parâmetros explicitados no <u>Anexo IV</u> <u>deste Edital</u>, e <u>apresentada fora dos envelopes nº 01 (proposta) e nº 02 (documentos de habilitação).</u>
- **b2)** <u>Declaração de que não há impedimento para contratar com a administração pública</u> assinada por quem de direito, devendo o subscritor estar devidamente identificado e a declaração estar redigida conforme os parâmetros **explicitados no Anexo V** deste Edital, **e** apresentada fora dos envelopes nº 01 (proposta) e nº 02 (documentos de habilitação).
- **3.5**. Encerrada a fase de credenciamento, não serão admitidos esclarecimentos de eventuais licitantes retardatários

#### 4. DOS ENVELOPES PROPOSTAS E DOCUMENTOS:

A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados **separadamente, em dois envelopes fechados e indevassáveis**, contendo em sua parte externa a razão social da empresa licitante, bem como o número do presente Pregão, a saber:

#### **ENVELOPE I - PROPOSTA DE PRECOS**

DENOMINAÇÃO SOCIAL DA PROPONENTE

À



ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

#### PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL PAULISTA

### PROCESSO DE COMPRAS Nº 133/2022 PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2022

OBJETO: Aquisição de diversos equipamentos de TI (Tecnologia da informação), compondo novo data Center na unidade central da GCM (Guarda Cívil Municipal) de Monte Azul Paulista objetivando a instalação e gestão das Câmeras Inteligentes, bem como a captação e tratamento das respectivas imagens, com recursos de origem em Emendas Impositivas, CC-PRC-2022-00225-DM, firmado entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Casa Civil, e o Município de Monte Azul Paulista, e com recursos de contrapartida municipal conforme Anexo I, Termo de Referência.

DATA E HORA: 18/11/2022 as 09h00min.

## **ENVELOPE I I - DOCUMENTAÇÃO**

## DENOMINAÇÃO SOCIAL DA PROPONENTE

À PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL PAULISTA

## PROCESSO DE COMPRAS Nº 133/2022 PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2022

OBJETO: Aquisição de diversos equipamentos de TI (Tecnologia da informação), compondo novo data Center na unidade central da GCM (Guarda Cívil Municipal) de Monte Azul Paulista objetivando a instalação e gestão das Câmeras Inteligentes, bem como a captação e tratamento das respectivas imagens, com recursos de origem em Emendas Impositivas, CC-PRC-2022-00225-DM, firmado entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Casa Civil, e o Município de Monte Azul Paulista, e com recursos de contrapartida municipal conforme Anexo I, Termo de Referência.

DATA E HORA: 18/11/2022 as 09h00min.

#### 5. DO ENVELOPE DA PROPOSTA:

5.1. A proposta deverá ser formulada em uma única via, datilografada ou digitada, de forma clara e precisa, sem emendas, borrões, ressalvas, rasuras ou entrelinhas, datada, carimbada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, em papel timbrado da empresa licitante, ou, impressa com a razão social da proponente, CNPJ, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), estes dois últimos



ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

<u>se houver, para contato; em português e preferencialmente com suas páginas numeradas</u> seqüencialmente, contendo:

- **a)** apresentar a descrição detalhada do objeto do Pregão, em conformidade com especificações contidas no ANEXO I, a descrição dever ser firme e precisa, sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado por item, devendo inclusive ser mencionado o preço unitário e preço total do item, em conformidade com o modelo contido no Anexo IX deste Edital;
  - b) O valor unitário proposto deve conter até 2 (duas) casas depois da vírgula),
- c) Prazo de entrega: O prazo de entrega do produto será de até **30 (trinta) dias** corridos, a contar da publicação do <mark>extrato de contrato</mark> no Diário Oficial do Município de Monte Azul Paulista-SP
  - d) Prazo de garantia e assistência técnica: Conforme clausula décima quinta.
- **e)** Prazo de pagamento: O pagamento do preço pactuado será efetuado em até 30 (trinta) dias, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura.
- **f)** validade da proposta, cujo prazo não deverá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação neste certame de licitação.
  - **g)** Marca e modelo do fabricante dos produtos.
- **5.2.** Os produtos a serem ofertados pelos licitantes deverá ser novos (1º uso), com o prazo de garantia de no mínimo 12 (doze) meses a contar a partir da Nota Fiscal.
- **5.3.** A ocorrência de eventuais incorreções decorrentes da transcrição da proposta no impresso próprio da empresa licitante será de sua inteira responsabilidade, podendo implicar desclassificação, por ocasião da análise e julgamento pelo Pregoeiro.
- **5.4.** Não será admitida proposta comercial que apresente preços simbólicos, irrisórios, de valor zero, ou inexequíveis, incompatíveis com os valores das despesas diretas e indiretas dos insumos do mercado, acrescidos dos respectivos encargos legais.
  - **5.5.** Não serão admitidas propostas financeiras que não contenham a indicação do preço unitário e total do item, e as que não apresentarem a marca e modelo do fabricante.
  - 5.6. A empresa licitante deverá apresentar, juntado ao envelope de proposta:



ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

5.6.1. <u>Manual de instrução, catálogo ou folder do fabricante do produto ofertado, em português ou traduzido, contendo informações técnicas, que demonstre o atendimento às especificações mínimas solicitadas nas descrições contidas no Anexo I;</u>

**Nota 1**: Caso a empresa <u>deixe de constar</u> em sua proposta o prazo de validade da proposta, condições de pagamento e prazo de entrega, ficará entendida a aceitação das condições constantes do Edital, considerando-se deste modo à classificação da proposta, porém, se apresenta, e essa for <u>contrária ao estabelecido no Edital, a proposta não será classificada para fase de lances.</u>

Nota 2: Nos preços propostos deverão estar inclusos todos e quaisquer encargos inerentes a entrega do objeto da licitação, na conformidade das exigências consignadas no edital, tais como tributos, gastos com a entrega e todos e quaisquer outros encargos que venham a incidir sobre os respectivos preços, de tal sorte que o preço proposto será a única e integral remuneração a ser paga em contraprestação ao fornecimento integral do objeto da presente licitação. Assim como deverão estar inclusos todos e quaisquer encargos inerentes á prestação dos serviços objeto da licitação, na conformidade das exigências consignadas no edital e respectiva minuta contratual, tais como transporte e hospedagem, tributos, mão-deobra, encargos sociais e trabalhistas e todos e quaisquer outros encargos que incidem ou venham incidir sobre os respectivos preços, ainda que não especificados expressamente, mas inerentes ao cumprimento do objeto da licitação, de tal sorte que o valor proposto será a única integral remuneração a ser paga em contraprestação ao cumprimento integral do objeto da presente licitação.

#### 6. DO ENVELOPE 01 - DOCUMENTAÇÃO

**6.1**. Os documentos exigidos para fins de habilitação preliminar no certame, acondicionados no envelope nº 01, são os seguintes:

## 6.1.1 <u>HABILITAÇÃO JURÍDICA</u>

- a) cópia da cédula de identidade do proponente ou sócio(s)-proprietário(s);
- b) registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Em se tratando de sociedades empresariais, comerciais, EIRELI, ou sociedade simples, o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta comercial ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, nos termos da lei e conforme o caso, e, ainda, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
  - c1) Os documentos descritos no subitem "a" deverão estar acompanhados de



ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor;

d) Decreto de autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no pais, quando a atividade assim o exigir;

#### 6.1.2 <u>REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA</u>

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ;
- **b)** prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante ou outra equivalente, na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:
- **c1)** Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- **c2)** Certidão de Regularidade de Débito com a Fazenda Estadual da sede ou domicilio da licitante relativo aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação ou; declaração de isenção ou; de não incidência assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei;
- c3) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Municipais relativo ao domicílio ou sede do proponente, relativo aos tributos incidentes sobre o sobre o objeto desta licitação, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças. O proponente com filial no município de Monte Azul Paulista fica obrigado a fornecer a certidão relativa a esta Filial, para atendimento do item;
- **d)** Prova de regularidade relativa Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação da CRF -Certidão de Regularidade Fiscal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- **e)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e á resolução Administrativa TST nº 1470/2011.



ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

- **6.1.2.1.** Os licitantes que enquadrarem na categoria de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual deverão apresentar toda a documentação requerida, mesmo que apresente qualquer restrição quanto a sua regularidade fiscal, a fim de que se possa ser aplicado o disposto no art. 43 da Lei Complementar 123/2006, alterado pelas Leis Complementares 128/20016 e 147/2014
- **6.1.2.2.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal da microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, às mesmas será assegurado as mesmas, o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá após a homologação e a data de convocação para assinatura do contrato, prorrogáveis por igual período, quando requerida e justificada pela referida proponente, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, a realização de pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa,
- **6.1.2.3.** A não regularização da documentação no prazo previsto no item anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociar nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da Lei nº 10.520, de 17 de Julho de 2002, sem prejuízo da responsabilidade, se for o caso, da adjudicatária que recusará injustamente.

## 6.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

**a)** Certidão negativa de falência, recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

Obs: A Licitante em situação de recuperação judicial/extrajudicial deverá comprovar o cumprimento das obrigações do plano de recuperação judicial/extrajudicial sempre que solicitado pelo responsável pelo acompanhamento e recebimento deste Registro de Preços e, ainda, na hipótese de substituição ou impedimento do administrador judicial, comunicar imediatamente, por escrito, ao Responsável pelo Acompanhamento e Recebimento.

### 6.1.4. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

a) declaração da licitante, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, e no artigo 27, V, da Lei de Licitações, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze anos) - Anexo VII;



ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

b) declaração do proponente de que examinou e recebeu os documentos técnicos constantes do edital e de que tomou conhecimento de todas as informações para cumprimento das obrigações objeto da licitação, Anexo VI.

#### 7- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS DOCUMENTOS:

- **7.1** Os documentos apresentados deverão ser, obrigatoriamente, da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para matriz e todas as filiais. Caso a empresa seja vencedora, o contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.
- 7.2 Quanto aos documentos solicitados para <u>habilitação que não contenham prazo</u> <u>de validade expressa</u>, deverão <u>ser expedidos com data não superior a 90 (noventa) dias, anteriores à data limite para o recebimento das propostas</u> da presente licitação.
- 7.3 Os documentos solicitados para a habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira, poderão ser apresentados em seus originais, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou, excepcionalmente, serem autenticados pelo Pregoeiro ou pelos membros da equipe de apoio, ou por publicação em órgão da imprensa oficial.
- **7.4** Se houver impossibilidade de apresentação de qualquer documento por motivo de greve do órgão emissor, a empresa licitante deverá providenciar declaração em papel timbrado, assinada por seu representante legal, de que não está em débito com o referido órgão e que, finda a greve, se compromete a apresentar o documento atualizado, para fins de direito, independentemente da fase em que se encontrar o processo de licitação, sujeitando-se, no caso de não apresentação, às penalidades legais.

## DO JULGAMENTO E PROCEDIMENTO DO JULGAMENTO

#### 8.1 DO JULGAMENTO

- **8.1.1** O julgamento desta licitação será feito pelo critério de <u>MENOR PREÇO</u> <u>UNITÁRIO POR ITEM</u>, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital;
- **8.1.2** Salvo os casos que se enquadrarem nos Arts. 42, 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- **8.1.3** O valor a ser contratado tem como limite a média aritmética dos valores praticados no mercado, conforme anexo I do presente edital



ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

#### 8.2. PROCEDIMENTO DO JULGAMENTO

- **8.2.1** No horário e local indicados no preâmbulo deste Edital será aberta a sessão pública de processamento deste Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos representantes legais ou prepostos das empresas interessadas, com a identificação desses, a fim de comprovar a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os atos inerentes ao certame licitatório.
- **8.2.2** O prazo para a licitante realizar seu credenciamento será até que a última licitante seja credenciada, caso esteja participando várias licitantes.
- 8.2.2.1 Após o término da fase de credenciamento, ninguém mais poderá participar do certame como licitante.
- 8.2.3 Encerrada a fase de credenciamento, as empresas licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte, se essa já não houver sido entregue junto ao credenciamento, e também a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação e inexistência de fatos impeditivos a habilitação, e, a declaração de que não está impedida de contratar com a Administração Pública, assim como os Envelopes nº 01, de Propostas de Preços, e o de nº 02, de Documentos de Habilitação.
- **8.2.3.1** A Ausência das referidas declarações ou apresentação em desconformidade com a exigência inviabilizará a participação da proponente neste PREGÃO, impossibilitando em consequência, o recebimento dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.
- **8.2.4** Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão, bem como todas as propostas, serão rubricados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, facultada aos licitantes presentes sua assinatura.
- **8.2.5** Ato contínuo serão abertos, na presença dos interessados, os envelopes nº 1, que contiverem as propostas de preços, as quais serão analisadas individualmente.
- **8.2.6** A classificação das <u>propostas de preço</u> pelo Pregoeiro, visarão o atendimento das condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos, sendo <u>desclassificada</u> as propostas:
- **8.2.6.1** Cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados neste Edital, ou qualquer outra exigência preconizada para correspondente apresentação;
  - 8.2.6.2 Que apresentarem qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital,



ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

#### bem como proposta alternativa;

- **8.2.6.3** Que apresentarem preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrado sua viabilidade, através de documentação dos custos dos insumos, com o preço do mercado, observadas as disposições do artigo 48, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. Bem como aqueles que apresentarem preços manifestamente, simbólicos, irrisórios ou de valor zero;
  - 8.2.6.4 Que não estiverem assinadas pelo representante legal.
- **8.2.7** Em caso de divergência entre a discriminação dos valores escritos em algarismos e os expressos por extenso, serão considerados os valores mais vantajosos para o Município de Monte Azul Paulista-SP.
- **8.2.8** As propostas de preços serão classificadas de acordo com o critério de **MENOR PREÇO UNITÁRIO.**
- **8.2.9** As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a **ETAPA DE LANCES VERBAIS**, com a observação dos seguintes critérios:
- **8.2.9.1** Para efeito **de OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS**, o **PREGOEIRO** selecionará, sempre com base na classificação provisória, a proponente que tenha apresentado a proposta de menor preço e todas aquelas que tenham oferecido propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) àquela de menor preço.
- **8.2.9.1.1** Não havendo, pelo menos, 3 (três) propostas em conformidade com a previsão estabelecida no **subitem 8.2.9.1**, o **PREGOEIRO** selecionará, sempre com base na classificação provisória, a melhor proposta e as duas propostas imediatamente superiores, quando houver, para que suas proponentes participem dos lances quaisquer que tenham sido os preços oferecidos nas propostas, observada a previsão estampada no **subitem 8.2.9.1.2**.
- **8.2.9.1.2** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, observar-se-ão, também para efeito da definição das proponentes que poderão oferecer lances, as seguintes regras:
- a) proposta de menor preço e todas as outras cujos valores sejam superiores até 10% (dez por cento) àquela de menor preço, devendo existir, nesta situação, no mínimo, 3 (três) propostas válidas para a etapa de lances, conforme previsto no **subitem 8.2.9.1**.; ou
  - b) todas as propostas coincidentes com um dos 3 (três) menores valores



ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

ofertados, se houver.

- **8.2.9.1.3** Na hipótese da ocorrência das previsões colacionadas no **subitem 8.2.9.1.2.**, **letras "a" e "b"**, para efeito do estabelecimento da ordem da classificação provisória das proponentes empatadas, a correspondente definição será levada a efeito por meio de sorteio; cabe à vencedora do sorteio definir o momento em que oferecerá oferta / lance.
- **8.2.10** Havendo uma única proponente ou tão somente uma proposta válida, o **Pregoeiro** poderá decidir, justificadamente, pela suspensão do **Pregão**, inclusive para melhor avaliação das regras editalícias, das limitações de mercado, envolvendo quaisquer outros aspectos pertinentes e o próprio preço cotado, ou pela repetição do **Pregão** ou, ainda, dar prosseguimento ao **Pregão**, condicionado, em todas as hipóteses, á inexistência de prejuízos ao órgão licitante.
- **8.2.11** Definidos os aspectos pertinentes às proponentes que poderão oferecer ofertas / lances verbais, dar-se-á início ao **OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS**, que deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, <u>e ainda com redução mínima de R\$ 0,10 ( dez) centavos, aplicável inclusive com relação ao primeiro.</u>
- **8.2.12** O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas para **OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS de forma verbal e sequencial**, a partir da proponente da proposta de maior preço e as demais em ordem decrescente de valor, sendo que a proponente da proposta de menor preço será a última a **OFERECER LANCE VERBAL**, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.
- 8.2.12.1 <u>Não poderá haver desistência dos lances ofertados sujeitando-se o licitante desistentes às penalidades constantes deste Edital.</u>
- **8.2.13** A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.
- **8.2.14** Quando convocado pelo **Pregoeiro**, a desistência da proponente de apresentar lance verbal, implicará na exclusão da etapa de **LANCES VERBAIS**, ficando sua ultima proposta registrada para a classificação final.
- **8.2.15** A etapa de **OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS** terá prosseguimento enquanto houver disponibilidade para tanto da correspondente formulação
  - 8.2.16 O encerramento da etapa de OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS,



ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

ocorrerá depois de concluídas as rodadas e todos os representantes legais ou prepostos das empresas participantes declinarem da formulação dos lances.

- **8.2.17** Declarada encerrada a etapa de **OFERECIMENTO DE LANCES** e classificadas as propostas na ordem crescente de valor, incluindo aquelas que declinaram do oferecimento de lance(s), sempre com base no ultimo preço/lance apresentando, o **Pregoeiro** examinará a aceitabilidade do valor daquela de menor preço, ou seja, da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito.
- **8.2.18** O **Pregoeiro** poderá negociar com a empresa licitante, autora da melhor oferta de preço, assim considerada a de menor valor, para tentativa de redução voluntária e obtenção de preço melhor.
- **8.2.19** Na hipótese de não realização de lances verbais, o **Pregoeiro** verificará a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.
- **8.2.20** Ocorrendo a previsão delineada anteriormente, e depois do exame da aceitabilidade do objeto e do preço, também é facultado ao **Pregoeiro** negociar com a proponente da proposta de menor preço, para que seja obtido preço melhor.
- **8.2.21** Havendo propostas ou lances, conforme o caso, de microempresa ou empresa de pequeno porte, com intervalo de até 5% (cinco por cento) superiores à licitante melhor classificada no certame, serão essas consideradas empatadas, com direito de preferência pela ordem de classificação, nos termos do art. 44, da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de Agosto de 2014, e regulamentada pelo Decreto Federal 8.538 de 06 de Outubro de 2015., para oferecer proposta.
- **8.2.22** Não sendo exercido o direito de preferência com apresentação de proposta/lance inferior pela microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme o caso, no prazo de 05 (cinco) minutos, após o encerramento de lances a contar da convocação do pregoeiro, ocorrerá a preclusão e a contratação da proposta originalmente mais bem classificada, ou revogação do certame
- **8.2.22.1** O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte.
- **8.2.23** Serão consideradas equivalentes, propostas de microempresas ou empresas de pequeno porte de igual valor, para efeito de que dispõe da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei complementar nº 147/14, para oferecer proposta.



ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

- **8.2.24** O instituto da preferência da contratação no exame das propostas previsto no presente edital, somente se aplicará na hipótese da proposta inicial não ter sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- **8.2.25** O **Pregoeiro** deverá comparar os preços apresentados com atuais praticados no mercado ou até mesmo propostos em licitações anteriores, utilizando-se da pesquisa realizada, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento, e / ou de todos os meios possíveis para a correspondente verificação.
- **8.2.26** O **Pregoeiro** pode solicitar a demonstração da exequibilidade dos preços propostos após o término da fase competitiva e, ao mesmo tempo, o proponente de menor preço tem o dever de portar informações acerca dos custos (planilhas e demonstrativos) em que incorrerá para o atendimento do objeto do **Pregã**o, suficientes para justificar a proposta escrita de menor preço ou o lance verbal de menor preço que apresentar.
- **8.2.27** A não apresentação dos elementos referidos no subitem anterior ou a apresentação de elementos insuficientes para justificar a proposta escrita de menor preço ou o lance verbal de menor preço acarretará a desclassificação do proponente, nos termos do item **8.2.6**. salvo rasuras que não comprometam partes essenciais.
- **8.2.28** Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o **envelope** contendo os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** da sua proponente, facultando-lhe o saneamento da documentação de natureza declaratória na própria sessão.
- **8.2.29** Para efeito do saneamento, a que se refere o subitem 8.2.28, a correção da(s) falha(s) formal(is) poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e / ou substituição de documento(s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fac-símile, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o(s) efeito(s) indispensável(is). O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligencias necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.
- **8.2.30** Constatado o atendimento das exigências habilitatórias previstas no **EDITAL**, a proponente será declarada vencedora.
- **8.2.31** Se a oferta não for aceitável ou se a proponente desatender às exigências habilitatórias, o **Pregoeiro** examinará a oferta subsequente de menor preço, decidindo sobre sua aceitabilidade quanto ao preço, no caso de oferecimento de lances, ou quanto ao objeto e preço, na hipótese de não realização de lances verbais, observadas as previsões estampadas nos **subitens antecedentes**.



ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

- **8.2.32** Sendo a proposta aceitável, o **Pregoeiro** verificará as condições de habilitação da proponente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cuja proponente atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora; observando-se igualmente as previsões estampadas nos subitens antecedentes e a preferência prevista neste **edital.**
- **8.2.33** Aberto o invólucro "**DOCUMENTAÇÃO**", em havendo restrição quanto à regularidade fiscal no caso de microempresa ou empresa de pequeno porte, fica concedido um prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pelo **PREGOEIRO**.
- **8.2.34** A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 8.2.33, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociar nos termos do disposto no artigo 4°, inciso XXIII, da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

#### 9 - DO DIREITO DE RECURSO:

- **9.1** Dos atos do Pregoeiro cabe recurso, devendo haver manifestação verbal imediata na própria sessão pública, com o devido registro em ata da síntese da motivação da sua intenção, abrindo-se então o prazo de três dias que começará a correr a partir do dia em que houver expediente na Prefeitura, para a apresentação das razões por meio de memoriais, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões, em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- **9.2** A ausência de manifestação imediata e motivada pelo licitante na sessão pública importará na decadência do direito de recurso, na adjudicação do objeto do certame ao(s) licitante(s) vencedor(es) e no encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação o Senhor Prefeito Municipal.
- **9.3** Na hipótese de interposição de recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado ao Prefeito, autoridade competente para a decisão.
- **9.4** Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente, o Senhor Prefeito Municipal, adjudicará o objeto do certame ao(s) licitante(s) vencedor(es) e homologará o procedimento licitatório.
  - **9.5** O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.



ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

- **9.6** Os recursos devem ser entregues no Setor de Protocolo, na sede da Prefeitura, na Praça Rio Branco, nº 86, dirigidos ao Senhor Prefeito Municipal.
- **9.7** O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, enquanto a falta de manifestação imediata e motivada da empresa licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro à(s) empresa(s) vencedora(s).

## 10 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

- **10.1** Não havendo interposição de recursos, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto do certame à(s) empresa(s) vencedora(s), cabendo a homologação dos procedimentos administrativos do certame à autoridade superior, o Senhor Prefeito Municipal.
- 10.2 Após homologados os procedimentos desta licitação pela autoridade competente, em face de deliberação sobre sua legalidade e do reconhecimento da oportunidade e conveniência administrativa para o atendimento do serviço público, a(s) empresa(s) adjudicatária(s) será(ão) convocada(s) para assinar o contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
  - 10.3 A(s) empresa(s) licitante(s) e vencedora(s) desta licitação terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de sua convocação, para assinar (em) o respectivo contrato ou retirar(em) o instrumento equivalente, que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela(s) empresa(s) adjudicatária(s), desde que ocorra motivo devidamente justificado e aceito pela Administração Municipal.
- 10.4 Se a(s) empresa(s) licitante(s) adjudicatária(s), convocada(s) dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das demais empresas, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda às exigências deste Edital, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

## 11 <u>DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO FORNECIMENTO E DAS CONDIÇÕES</u> E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

**11.1** O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, iniciando a partir da assinatura do competente instrumento de contrato, podendo ser prorrogado por até igual período mediante acordo entre as partes e celebração de termo aditivo, nos termos e condições previstos no artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93, com suas modificações posteriores. A Prefeitura comunicará a empresa vencedora, através dos meios fornecidos pela mesma, para a sua assinatura, devendo a mesma providenciá-la no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.



ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

## 11.2 <u>A entrega do objeto da licitação deverá ser efetuada no prazo máximo de 30</u> (trinta) dias corridos, a contar da assinatura do contrato.

- **11.3** A entrega do objeto desta licitação, acompanhada da nota fiscal deverá ser efetuada na Sede da Prefeitura do Município de Monte Azul Paulista-SP, sito a Praça rio Branco, nº 86 Centro Monte Azul Paulista-SP, no horário das 07h: 30min às 10h:30min e das 13h:30min às 16h:30min em dias úteis, correndo por conta e risco da licitante vencedora as despesas de embalagem, montagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e outros, se existentes, decorrentes do fornecimento.
- **11.5** A licitante vencedora será responsável pelo transporte do produto até a Sede da Prefeitura.
- **11.6** O produto devera portar manual de instruções, manutenção e do proprietário, todos em língua portuguesa.
- **11.7** A Prefeitura Municipal de Monte Azul Paulista-SP, se reserva ao direito de inspecionar o objeto, podendo recusá-lo ou solicitar sua substituição.
- **11.8** Na Nota Fiscal deverá constar "PREEITURA DO MUNICIPIO DE MONTE AZUL PAULISTA, Praça Rio Branco, nº 86 Centro, C.N.P.J. 52.942.380/0001-87, inscrição ESTADUAL 463.070.204.110, número do Processo e contrato, número do convênio **Emendas Impositivas, CC-PRC-2022-00225-DM**.
- 11.9 No caso de aprovação do agente responsável pelo acompanhamento e fiscalização, este deverá atestar a regularidade dos procedimentos, mediante visto específico na própria nota fiscal/fatura, a fim de comprovar a satisfatória realização do objeto da contratação e liberação do documento hábil para efeito de empenho, liquidação e pagamento da obrigação ajustada entre as partes.

## 12 <u>DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:</u>

- 12.1 O preço será fixo, e irreajustável
- **12.2** O pagamento do preço pactuado será efetuado em até 30 (trinta) dias, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devendo a contratada emitir a respectiva Nota Fiscal Eletrônica, que deverão estar devidamente comprovada e atestada pelo agente responsável pelo acompanhamento e fiscalização.
  - 12.3 No caso de constatação de irregularidades, como: condição de pagamento



ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

indicada em nota fiscal/fatura divergente a da obrigação contratada, ou se ocorrer adulteração, exigirá a substituição ou a reposição do objeto que, eventualmente, não constar do procedimento de entrega.

12.4 O pagamento será efetuado mediante depósito em conta corrente específica da empresa contratada, na agência bancária por ela indicada, com preferência para instituição financeira oficial, desde que não haja nenhuma irregularidade na respectiva nota fiscal/fatura, ou tenha sido devidamente substituída, no caso de sua devolução por motivo de irregularidade.

### 13 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- 13.1 A empresa convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para no certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sujeitar-se-á à aplicação de multa de 10% (dez por cento) do valor total da contratação
- **13.2** Além da sanção prevista no artigo 7°, da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações posteriores, a contratada ficará sujeita às penalidades de multa, garantida a sua defesa prévia, nos casos e situações seguintes:
  - **13.2.1** Pelo atraso injustificado na execução do contrato:
- **a)** até 10 dias, multa de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor da obrigação contratual, por dia de atraso;
- **b)** superior a 10 dias, multa de 1,0 % (um por cento) sobre o valor da obrigação contratual, por dia de atraso.
  - 13.3 A inexecução total ou parcial do objeto deste Edital poderá ensejar a rescisão do contrato administrativo, com as consequências contratuais e as demais previstas em lei ou regulamento, podendo acarretar, ainda, a aplicação das seguintes penalidades:
  - a) advertência por escrito;
- **b)** multa de 5% cinco por cento (inexecução parcial), que será calculado sobre o valor referente à parte da obrigação contratual não cumprida e de 10% dez por cento (inexecução total), que será calculada sobre o valor total do contrato;
  - c) suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração,



ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

por período não superior a 5 (cinco) anos; e

- 13.4 declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na letra anterior
- 13.5 Os prazos para defesa prévia serão de 5 (cinco) dias úteis, nas hipóteses de advertência, multas, rescisão do contrato ou suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública e de 10 (dez) dias úteis na hipótese de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 13.6 Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, para efeito de assegurar o direto ao contraditório e de ampla defesa da empresa interessada, sendo que nenhum prazo de recurso se inicia ou corre sem que os respectivos autos estejam com vista franqueada.
- **13.7** Em caso de rescisão do contrato por culpa da empresa contratada, esta perderá em benefício da contratante as garantias prestadas, não tendo direito à indenização de qualquer espécie.

## 14 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

**14.1** As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta de dotação própria constante do orçamento do exercício vigente, na seguinte dotação.

021000.06.181.0044.1056-4.4.90.52 (374) - Equipamento e Material Permanente - Rec. Convênio 021000.06.181.0044.1056-4.4.90.52 (375) - Equipamento e Material Permanente - Rec. Bco Brasil

#### 15 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

- **15.1** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- **15.2** Os envelopes contendo os documentos de habilitação das licitantes eventualmente não declaradas vencedoras, ficarão à disposição para retirada no Setor de



ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

Licitação, na sede administrativa da Prefeitura Municipal, durante o prazo de 30 (trinta) dias, após a publicação do contrato, findo o qual deverão ser destruídos.

- **15.3** Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.
- **15.4** A petição será dirigida ao Pregoeiro que responderá em até 1 (um) dia útil após o recebimento.
- **15.5** Havendo na petição a possibilidade de inovação, renovação ou correção do ato convocatório, o Pregoeiro encaminhará a Autoridade Competente, que decidirá até o prazo de 1 (um) dia útil antes da abertura da Sessão.
- **15.6** Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, que será divulgado mediante publicação de notas no endereço www.monteazulpaulista.sp.gov.br, ficando as licitantes obrigadas a acessá-la para a obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.
- **15.7** Os esclarecimentos, solicitações do Edital e seus anexos, providências ou impugnações poderão ser formuladas através de uma das opções abaixo:
- **15.7.1** Via Protocolo na sede da Prefeitura Municipal, à Praça rio Branco, nº 86, centro, CEP 14730-000, no horário das 8h00m às 12h00 e 13h30m às 17h00;
- **15.7.2** Via Correio–envio através de carta registrada; ou e-mail: <a href="mailto:compras@monteazulpaulista.sp.gov.br">compras@monteazulpaulista.sp.gov.br</a> .
  - **15.8** O Edital poderá ser retirado gratuitamente mediante apresentação pendrive, para cópia eletrônica do Edital, ou através do site: <a href="https://www.monteazulpaulista.sp.gov.br">www.monteazulpaulista.sp.gov.br</a>.
- **15.9** As licitantes devem acompanhar as informações referentes ao presente certame, inclusive resposta a pedidos de esclarecimentos ou suspensão, revogação, anulação do certame, no **site** <u>www.monteazulpaulista.sp.gov.br</u>., bem como verificação de comunicados, erratas e demais informações.
- **15.10** É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.



ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

- **15.11** Fica assegurado ao Município de Monte Azul Paulista o direito de, segundo seu interesse, revogar, a qualquer tempo e motivadamente, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.
- 15.12 As licitantes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Município de Monte Azul Paulista-SP não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório, não cabendo nenhuma indenização aos licitantes, pela elaboração ou pela apresentação de documentos referentes ao presente Edital.
- **15.13** As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- **15.14** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário do Pregoeiro.
- **15.15** Da sessão pública de processamento do Pregão será lavrada ata circunstanciada a ser assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, facultada aos licitantes sua assinatura.
- **15.16** As recusas ou as impossibilidades de assinaturas serão registradas na própria ata.
- **15.17** Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão, bem como todas as propostas, serão rubricados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, facultada aos licitantes presentes sua assinatura.
- **15.18** Os demais atos pertinentes a esta licitação passíveis de divulgação serão publicados no Diário Oficial do Município de Monte Azul Paulista.
- **15.19** Para contagem de prazos neste Edital exclui-se o dia do início e inclui-se o dia do vencimento, considerando-se prorrogado até o 1º dia útil subsequente se o vencimento cair em dia sem expediente na Prefeitura Municipal de Monte Azul Paulista.
- **15.20** Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro ou pela Autoridade Competente, com base na legislação vigente.
- **15.21** Os documentos que integram o presente Edital, estão dispostos nos anexos a saber:



ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

#### Anexo I - Termo de Referencia

Anexo II - Modelo de carta de credenciamento;

**Anexo III -** Modelo de declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte;

**Anexo IV -** Modelo de declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação e inexistência de fatos impeditivos à habilitação;

**Anexo V -** Modelo de declaração de que não há impedimento para contratar com a Administração Pública;

**Anexo VI -** Modelo de declaração de que recebeu os documentos e tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação;

**Anexo VII -** Modelo de declaração de que não tem pendências junto ao Ministério do Trabalho;

Anexo VIII - Minuta de contrato administrativo;

**Anexo IX** - Modelo de formulário proposta.

**Anexo X -** Termo de Ciência e Notificação

**Anexo XI -** Cadastro do responsável para a assinatura do Contrato

**16.12** Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Monte Azul Paulista, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.13 Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no Setor de Licitações, na sede administrativa da Prefeitura Municipal, na Praça Rio Branco, n.º 86, ou pelo telefone (17) 3361-9501, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira, ou através do site: http://www.monteazulpaulista.sp.gov.br.

## ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

Monte Azul Paulista - SP, 03 de novembro de 2022.

Marcelo Otaviano Dos Santos Prefeito do Município



ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

#### **ANEXO I**

#### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. Objeto da Contratação

Aquisição de equipamentos de TI (Tecnologia da informação), compondo novo data Center na unidade central da GCM (Guarda Cívil Municipal) de Monte Azul Paulista objetivando a instalação e gestão das Câmeras Inteligentes, bem como a captação e tratamento das respectivas imagens.

#### 2. Justificativa

A "Solução de Monitoramento de Segurança e Imagens" será implantada a partir de uma estratégia de "cobertura" de pontos estratégicos do município, tais como entradas e saídas da cidade, praças, locais mais visados e propensos a ações de tumulto, aglomeração e principalmente criminosas. Ainda, acompanhando veículos da própria cidade e oriundos de outras localidades e identificando nestes, eventuais infrações e/ou historicos criminais.

A "Solução de Monitoramento de Segurança e Imagens" comporta, desde as câmeras inteligentes (adquiridas previamente), bem como infraestrutura de instalação, postes de sustentação, equipamentos de segurança e alimentação elétrica, bem como, equipamentos de gestão das imagens captadas pelas mesmas, instalados em ambiente de Data Center construído e já disponível na sede da GCM para este fim, são estes, objetos deste Termo de Referência:

- Servidores (computadores de médio porte), equipamentos de segurança elétrica (estabilizadores e no-breaks), estações (Pcs) para acompanhamento das imagens pelos agentes designados, monitores/televisores disponibilizando imagens mais amplas, equipamentos de telecomunicação e conexões de Servidores (computadores de médio porte) com Fibras Opticas responsáveis pelas comunicação remota com as câmeras e respectivas imagens transmitidas.

O Sistema de Monitoramento de imagens se presta principalmente a PREVENÇÃO, ANTECIPAÇÃO de Eventos e Ações criminosas, no Municipio de Monte Azul Paulista. Para tanto, se faz necessário tecnologia que tenha "agilidade" suficiente para que seja pró-ativo e não re-ativo, ou seja, as imagens captadas deverão ser transmitidas e tratadas o mais rápido possível, valendo-se para tanto de câmeras chamadas inteligentes(IP) com softwares embarcados interligadas entre si e com o ambientes de processamento de dados e imagens, através de rede de Fibra Optica privada ou pública disponível na cidade.



ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

O Sistema em termos de operacionalidade visa principalmente o menor envolvimento humano e sendo o mais intuitivo e amígável aos administradores e usuários em geral, possibilitando menor alocação e gasto com recursos humanos.

Para a população o Sitema significará um grande conforto e tranquilidade, pois, além de reduzir significamente eventos de crimilalidade e segurança da cidade, propiciará ainda a recuperação de ativos furtados, estraviados, bem como prevenção de ocorrências de saúde, de transito/acidentes e demais eventos de responsabilidade da GCM.

#### 2.1. .Resultados e Benefícios a Serem Alcançados

São os resultados e benefícios esperados da contratação, em complemento ao explicitado no item "3.1:

- a) Melhoria significativa no desempenho e ampliação significativa da segurança do município sem a necessidade do aumento de efetivo da CGM.
- **b)** Antecipação de Eventos de Segurança e Rápida e eficiente resolução de chamados e ocorrências policiais.
- c) Integração da GCM local e segurança aos recursos e Sistemas de Segurança do Governo Federal e Estadual, tais como principalmente o DENATRAM / DETRAM e CONECTA (Banco de dados da Policia Militar e Federal).
- d) Aumento da segurança de Empresas, Indústria, Comércio e Institições Municipais, possibilitando redução de custos destes, com instalações de Equipamentos e recursos prórios de segurança.
- **e)** Aumento significativo da "Sensação Segurança" das autoridades dos munícipes e visitantes da cidade.
- f) Por fim, representa passo significativo da cidade em direção à adoção de conceito de "Cidade Inteligente" e "Inclusão Digital", já presvistos nas politicas estaduais e federais que possibilitará acesso a futuros recursos e iniciativas nesse sentido.

#### 3. Estimativa de Preço da Contratação

Considerando a Pesquisa de Preços realizada e presente no Estudo Técnico Preliminar da Contratação, documentoo valor estimado para essa contratação é de R\$ 142.299,37 (Cento e quarenta e dois mil, duzentos e noventae nove reais e trinta sete centavos).

Abaixo, tabela com a descrição dos itens que compõem esta contratação:



## ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

ITEM	PRODUTO	QTD	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	SERVIDOR, DE NO MINIMO 16 GB DE MEMÓRIA RAM, XEON NO MINIMO E-2236, 6 NUCLEOS NO MINIMO, PRIMEIRO USO, GARANTIA MINIMA DE 06 MESES (PEÇAS, MÃO DE OBRA E SUPORTE LOCAL). GARANTIA 12 MESES.	01	7.470,24	7.470,24
02	VIDEO WALL 3X3, 4K, 9 TELAS, USB, HDMI, GERENCIAVEL, GARANTIA 12 MESES	02	6.804,88	13.609,76
03	COMPUTADOR COMPLETO ALL IN ONE: COM MINIMO DE 4 GB DE MEMORIA RAM, COM ARAMAZENAMENTO MINIMO DE 256 GB/SSD, WI FI E BLUETOOTH, NO MINIMO WINDOWS 10,CONEXÕES TRASEIRAS (USB, 3.0 E 2.0, HDMI, MICROFONE E FONE DE OUVIDO). MONITOR DE MINIMO 21,5 ", RESOLUÇÃO FULL HD, IPS WIDSCREEN. COM TECLADO E MOUSE SEM FIO GARANTIA 12 MESES	04	2.243,10	8.972,40
04	MAIN SWITCH, ADAPTIVE, GERENCIAVEL, 140 GBPS NO MINIMO, GIGASPEED 10/100/1000, GARANTIA DE NO MINIMO 12 MESES.	01	5.613,69	5.613,69
05	SWITCH 9 PORTAS POE	29	466,54	13.529,66
06	NOBREAK: NO MINIMO 2.2 VA, AUTONOMIA DE NO MINIMO DE 03 HORAS, BIVOLT, GARANTIA 12 MESES.	1	3.293,32	3.293,52
07	PATCH PANEL 24 PORTAS, MINIMO CAT 5e.	4	359,65	1.438,60
08	CABO DE REDE BLINDADO, CAT 5e, BOBINA COM 300 METROS	02	453,86	907,72
09	NOBREAK, 600 VA, BIVOLT, 06 TOMADAS, GARANTIA 12 MESES.	28	435,65	12.198,20
10	CONSLOE PARA KVM MONITOR LCD 17", TECLADO E MOUSE, GARANTIA 12 MESES	01	8.556,20	8.556,20
11	MINI RACK 6 U COM FURO	28	416,64	11.665,92
12	MONITOR PROFISSIONAL, LED 43", 4K, HDMI, USB, ENTRADA E SAIDA DE AUDO, GARANTIA 36 MESES	6	4.980,35	29.882.10
13	BANDEJA MÓVEL PADRÃO 19" 1U,	02	313,23	626,46
14	POSTE DE CONCRETO 7,5M X 90 KG	30	817,83	24.534,90



ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

VALOR TOTAL	142.299,37

## **CONDIÇÕES GERAIS**

- \_1 A entrega do objeto da licitação deverá ser efetuada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município de Monte Azul Paulista-SP, e disponibilizado para consulta no site: www.monteazulpaulsita.sp.gov.br/diariooficialdomunicipio.
- 2 O Departamento de Compras e Licitações comunicará a licitante vencedora, mediante email, o aviso de publicação do extrato do contrato a ser publicado no Diário Oficial do município de Monte Azul Paulista-SP.
- 3 A entrega do objeto desta licitação, acompanhado da Nota Fiscal deverá ser efetuada na Sede da Prefeitura do Município de Monte Azul Paulista-SP, sito a Praça Rio Branco, nº 86 Centro Monte Azul Paulista-SP, no horário das 07h: 30min às 10h:30min e das 13h:30min às 16h:30min em dias úteis, correndo por conta e risco da licitante vencedora as despesas de embalagem, montagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e outros, se existentes, decorrentes do fornecimento.
- 4 O produto deverá portar manual de instruções, manutenção e do proprietário, todos em língua portuguesa.
- 5 A Prefeitura Municipal de Monte Azul Paulista-SP, se reserva ao direito de inspecionar o objeto, podendo recusá-lo ou solicitar sua substituição.
- 6 A licitante vencedora deverá conceder garantia, de no mínimo 12 (doze) meses sem limite de quilometragem, observando que durante o período da mesma, se o objeto contratado apresentar defeito deverá ser reparado ou substituído por novo, dependendo do caso concreto, sendo que todas as despesas de locomoção (transporte), mão de obra e outras eventualmente existentes à reposição/conserto/substituição do objeto licitado correrão por conta da licitante vencedora.
- 7 Os produtos a serem ofertados pelos licitantes deverá ser novos (1º uso), com o prazo de garantia de no mínimo 12 (doze) meses a contar a partir da Nota Fiscal.
- 8 A licitante vencedora deverá durante o período de garantia, atender-nos em Monte Azul Paulista, para a devida assistência técnica se necessária, sem cobrar quilometragem percorrida nem outras despesas de deslocamento para tais atendimentos.



### ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

9 - A licitante vencedora deverá atender o chamado no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis; o atraso no atendimento do chamado implicará em aplicação de penalidades, previstas no edital e contrato.

Monte Azul Paulista - SP, 03 de novembro de 2.022					
_					
	Heber Robson Prioli				
	Secretário da Segurança Pública				



ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

#### **ANEXO II**

## MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2.022 PROCESSO DE COMPRAS Nº 133/2022

À

Prefeitura Municipal de Monte Azul

Paulista Praça Rio Branco, nº 86 Centro Monte Azul Paulista - SP

#### Prezado Senhores.

A empresa, com sede na, na cidade de, Estado de	,
CNPJ(MF) n, Inscrição Estadual n, credencia o(a) senhor(a)	
, CPF(MF) n, RG n, para representá-la no Pregão Preser	
26/2022, perante o Pregoeiro e respectiva Equipe de Apoio, tendo por objeto a <b>Aquis</b>	
liversos equipamentos de TI (Tecnologia da informação), compondo novo data Ce	3
nidade central da GCM (Guarda Cívil Municipal) de Monte Azul Paulista objetiv	
nstalação e gestão das Câmeras Inteligentes, bem como a captação e tratamer	
espectivas imagens, com recursos de origem em Emendas Impositivas, CC-PRC-2022	
OM, firmado entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Casa Civil, e o Munic	
Monte Azul Paulista, e com recursos de contrapartida municipal conforme Anexo I,	-
le Referência; podendo praticar todos os atos inerentes ao certame, com plenos p	
specíficos para formular lances verbais, negociar preços, apresentar impugnações, i	nterpor
ecursos e manifestar-se quanto à renúncia ou desistência dos mesmos, prestar esclarecia	nentos,
eceber avisos e notificações, e assinar atas.	
Atenciosamente,	
,dede 2.022.	
(Nome do outorgante, responsável legal da empresa)	
(Assinatura e Carimbo com CNPJ)	
(133Hatara e Carmibo Cont Civi ))	
Nome:Cargo:	
(Nome do outorgante, responsável legal da empresa)	
RG n° CPF(MF) n°	

Obs: apresentar fora dos envelopenº1-Proposta e 02-Documentaçã



À

**Paulista** 

#### PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL PAULISTA

ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

#### **ANEXO III**

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2022 PROCESSO DE COMPRAS Nº 133/2022

Prefeitura Municipal de Monte Azul

Praça Rio Branco, nº 86 - Centro\_

Monte Azul Paulista - Estado de São Paulo		
Prezado Senhores.		
A empresa	, com	sede na
, na cidade de		Estado de
, CNPJ(MF) n	_, Inscrição	Estadual n.
, através de seu represe	entante legal,	senhor(a)
, DECLARA que se caracteriza como (microempresa ou empresa d	/	
os fins da Lei nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Co	*	O
de 2014 , no procedimento relativo <b>ao Pregão Presencial nº 026/20</b>	1 ,	<b>-</b> -
diversos equipamentos de TI (Tecnologia da informação),	-	
unidade central da GCM (Guarda Cívil Municipal) de Mor		,
instalação e gestão das Câmeras Inteligentes, bem como	<b>1</b> 3	
respectivas imagens, com recursos de origem em Emendas II	-	
DM, firmado entre o Estado de São Paulo, por intermédio		-
Monte Azul Paulista, e com recursos de contrapartida muni	cipal conforme A	inexo I, Termo
de Referência.		
Atenciosamente, , de de 2.022.		
(NI 1		
(Nome do responsável legal da em	<b>-</b> /	
(Assinatura e Carimbo com CN	ľ])	

Obs: apresentar fora dos envelopenº1 - Proposta e 02 - Documentação



ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

#### **ANEXO IV**

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, E, INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS À HABILITAÇÃO

## <u>PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2.022</u> PROCESSO DE COMPRAS Nº 133/2022

A empresa	,	com	sede	na
, na cidade de			Estado	de
, CNPJ(MF) n,	Inscri	ção I	Estadual	n.
, <u>DECLARA</u> , sob as penas da lei, <u>que atende plenamente os r</u>	<u>equisito</u>	s de ha	<u>bilitação,</u>	e, que
até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação	_	_		
em referência (pregão nº 026/2.022, tendo por objeto a Aquisição de				
(Tecnologia da informação), compondo novo data Center n				
(Guarda Cívil Municipal) de Monte Azul Paulista objetivano		•	_	
Câmeras Inteligentes, bem como a captação e tratamento da	-			
recursos de origem em Emendas Impositivas, CC-PRC-2022-		-		
Estado de São Paulo, por intermédio da Casa Civil, e o Municí <u>r</u> com recursos de contrapartida municipal conforme Anexo I, Te				ista, e
tom recursos de comapartida municipal comornie Anexo 1, re	inio de	Refere	iicia.	
, / /2022.				
Local e data.				
Local e data.				
(Nome do responsável legal da empre	sa)			
(Assinatura e Carimbo com CNPJ)	<del>-</del> /			
( == ==================================				

Obs: apresentar fora dos envelopenº1-Proposta e 02-Documentaçã



ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

#### **ANEXO V**

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO HÁ IMPEDIMENTO PARA CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2.022 PROCESSO DE COMPRAS Nº 133/2022

À
Prefeitura Municipal de Monte Azul
Paulista Praça Rio Branco, nº 86 Centro Monte Azul Paulista - Estado de São
Paulo

#### **Prezado Senhores:**

<b>A</b>	1		. 1 1	1
A empresa				
, Estado	de		CNPJ(MF)	n.
, Inscrição Estadual n, atr	avés de seu representante le	egal o(a)	senhor(a),	
CPF(MF)	eressada em participar do j	processo de lic	itação em refe	rência
( ${\sf preg\~ao}026/2.022$ ), tendo por objeto a ${f Aq}$	uisição de diversos equi	pamentos de	TI (Tecnolog	gia da
informação), compondo novo data	Center na unidade ce	ntral da GC	M (Guarda	Cívil
Municipal) de Monte Azul Paulis	sta objetivando a inst	alação e ges	stão das Câr	neras
Inteligentes, bem como a captação e	tratamento das respecti	vas imagens	, com recurs	os de
origem em Emendas Impositivas, Co	C-PRC-2022-00225-DM, 1	firmado entr	e o Estado d	e São
Paulo, por intermédio da Casa Civil,	e o Município de Mont	e Azul Paulis	sta, e com rec	ursos
de contrapartida municipal conform	<u> </u>		•	
da Lei, que inexiste qualquer fato imp	•			_
declarada inidônea e não está impedida	de licitar e contratar com o	Poder Público	de qualquer e	sfera
<u>ou suspensa de contratar com a Adminis</u>	tração, e que se compromet	te a comunicar	ocorrências de	e fatos
supervenientes.				
	de de 2.0	122		
		· <b></b> ·		
(Nome de r	esponsável legal da emp			
•		,		
(Assinat	tura e Carimbo com CNF	'J)		

Obs: apresentar fora dos envelope nº1 - Proposta e 02 - Documentaçã



ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

#### **ANEXO VI**

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE RECEBEU OS DOCUMENTOS E TOMOU CONHECIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES E DAS CONDIÇÕES PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES OBJETO DA LICITAÇÃO.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2.022 PROCESSO DE COMPRAS Nº 133/2022 À Prefeitura Municipal de Monte Azul Paulista Praça Rio Branco, nº 86 -Centro Monte Azul Paulista - Estado de São Paulo **Prezado Senhores:** Α empresa sede na na cidade de \_, Estado de \_\_\_\_\_, CNPJ(MF) n. \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual n.\_ seu representante legal o(a) senhor(a)\_\_\_\_, CPF(MF) n.\_\_\_\_, RG n.\_\_\_\_, n. , através de interessada participar do processo de licitação (pregão nº 026/2.022) em referência, tendo por objeto a Aquisição de diversos equipamentos de TI (Tecnologia da informação), compondo novo data Center na unidade central da GCM (Guarda Cívil Municipal) de Monte Azul Paulista objetivando a instalação e gestão das Câmeras Inteligentes, bem como a captação e tratamento das respectivas imagens, com recursos de origem em Emendas Impositivas, CC-PRC-2022-00225-DM, firmado entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Casa Civil, e o Município de Monte Azul Paulista, e com recursos de contrapartida municipal conforme Anexo I, Termo de Referência; DECLARA, sob as penas da lei, que recebeu os documentos e tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações do objeto do certame. de de 2.022. (Nome do responsável legal da empresa) (Assinatura e Carimbo com CNPJ)

Obs: apresentar dentro do envelopes 02 – Documentação



ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

#### ANEXO VII

# MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO TEM PENDÊNCIAS JUNTO AO MINISTÉRIO DO TRABALHO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2.022 PROCESSO DE COMPRAS Nº 133/2022

À
Prefeitura Municipal de Monte Azul
Paulista Praça Rio Branco, nº 86 Centro Monte Azul Paulista - Estado de São
Paulo

#### **Prezado Senhores:**

Aempresa:, com sede na, na
A empresa:, com sede na, na cidade de, Estado de, CNPJ(MF) n.
, CPF(MF) n,RG n.º,interessada em participar do processo de licitação (pregão
nº 026/2.022) em referência, tendo por objeto <b>Aquisição de diversos equipamentos de TI</b>
(Tecnologia da informação), compondo novo data Center na unidade central da GCM
(Guarda Cívil Municipal) de Monte Azul Paulista objetivando a instalação e gestão das
Câmeras Inteligentes, bem como a captação e tratamento das respectivas imagens, com
recursos de origem em Emendas Impositivas, CC-PRC-2022-00225-DM, firmado entre o
Estado de São Paulo, por intermédio da Casa Civil, e o Município de Monte Azul Paulista, e
com recursos de contrapartida municipal conforme Anexo I, Termo de Referência;
DECLARA, sob as penas da lei, nos termos do inciso $V$ do artigo $27$ da Lei n $^{ m o}$ $8.6666/93$ , com a redação
da Lei n. 9.854/99, que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se
refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do artigo $7^{\circ}$ , da Constituição Federal.
,dede 2.022.
(Nome do responsável legal da empresa)
(Assinatura e Carimbo com CNPJ
`

Obs: apresentar dentro do envelopes 02 - Documentaçã



ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

#### ANEXO VIII

#### MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº .../......

CONTRATO Nº 000/2.022 ENTRE A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL PAULISTA E A EMPRESA XXXXXXXXXX, PARA FORNECIMENTO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS DE TI, PARA A SALA DE MONITORAMNETO DA GUARDA MUNICIPAL.

Pregão Presencial nº 026/2022 Processo nº 133/2022

Aos ..... dias do mês de ...... de 2.022, e, entre as partes, de um lado a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL PAULISTA-SP, estabelecida à Praça Rio Branco, n.º 86, inscrita no CNPJ(MF) sob o n.º 52.942.380/0001-87, neste ato representada pelo seu titular Sr. Marcelo Otaviano dos Santos brasileiro, casado, Prefeito do Município, residente e domiciliado à Rua Mario Celso Fabrício, nº 95 – residencial Arroyo, município de Monte Azul Paulista-SP, portador do RG n.º 22.624.144-0- SSP/SP e do CPF n.º 118.657.218-32, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa......, estabelecida à ......., n.º...., Bairro......, na cidade de .......-..., inscrita no CNPJ(MF) sob o n.º ....../...., neste ato representada pelo(a) seu(ua) ...., o(a) Sr (a)....., ....., residente e domiciliado(a) à ......, nº ..., Bairro....., na cidade ....... – ..., portador do RG n.º ....... e CPF(MF) n.º ......../..., doravante denominada CONTRATADA, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas respectivas alterações, na Lei Federal nº 10.520/2002, e no Decreto Municipal nº 2136, de 04 de Junho de 2.009, têm justo e combinado entre si, o presente CONTRATO ADMINISTRATIVO, decorrente do Pregão Presencial nº. 026/2.022, seus anexos e a proposta da vencedora do referido certame, aos quais se vinculam, mediante condições e cláusulas a seguir estabelecidas que:

## Cláusula Primeira Do Objeto e do Preço

Aquisição de diversos equipamentos de TI (Tecnologia da informação), compondo novo data Center na unidade central da GCM (Guarda Cívil Municipal) de Monte Azul Paulista objetivando a instalação e gestão das Câmeras Inteligentes, bem como a captação e tratamento das respectivas imagens, com recursos de origem em Emendas Impositivas, CC-PRC-2022-00225-DM, firmado entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Casa Civil, e o Município de Monte Azul Paulista, e com recursos de contrapartida municipal conforme Anexo I, Termo de Referência, e de acordo com a sessão pública de processamento do pregão presencial nº 026/2.022, registrado em ata, fica estabelecido a CONTRATADA o fornecimento dos itens xxx, xxxxx, xxxxx, relacionados abaixo, pelo valor total de R\$ ( ), conforme segue:

			VALOR	VALOR
ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	UNITÁRIO	TOTAL
			ESTIMADO	ESTIMADO



ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

Cláusula Segunda Das Condições e Local de Entrega do Objeto da Licitação

2.1 <u>A entrega do objeto da licitação deverá ser efetuada no prazo máximo</u> de 30 (trinta) dias corridos, a contar da assinatura deste contrato.

- **2.2** A entrega do objeto desta licitação, acompanhada pela nota fiscal deverá ser efetuada no Prédio da Prefeitura Municipal, sito a Praça Rio Branco, nº 86 Centro Monte Azul Paulista-SP, no horário das 07h: 30min às 10h:30min e das 13h:30min às 16h:30min em dias úteis, correndo por conta e risco da licitante vencedora as despesas de embalagem, montagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e outros, se existentes, decorrentes do fornecimento.
- **2.3** O produto devera portar manual de instruções, manutenção e do proprietário, todos em língua portuguesa.
  - **2.4** Os produtos deverão ser entregues no almoxarifado da Prefeitura, localizado na Rua Rodrigues Alves, nº 185, Centro, nesta cidade.
- **2.5** A Prefeitura Municipal de Monte Azul Paulista-SP, se reserva ao direito de inspecionar o objeto, podendo recusá-lo ou solicitar sua substituição.
  - **2.6** Na Nota Fiscal deverá constar "PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MONTE AZUL PAULISTA, Praça Rio Branco, nº 86 Centro, C.N.P.J. 52.942.380/0001-87, inscrição ESTADUAL 463.070.204.110, número do Processo e contrato, número do convênio EMENDA IMPOSITIVA **CC-PRC-2022-00225-DM**.
  - **2.8** No caso de aprovação do agente responsável pelo acompanhamento e fiscalização, este deverá atestar a regularidade dos procedimentos, mediante visto específico na própria nota fiscal/fatura, a fim de comprovar a satisfatória realização do objeto da contratação e liberação do documento hábil para efeito de empenho, liquidação e pagamento da obrigação ajustada entre as partes.

Cláusula Terceira Do Preço e das Condições de Pagamento



# ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

- **3.1** O preço será fixo, e irreajustável
- **3.2** O pagamento do preço pactuado será efetuado em até 30 (trinta) dias, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devendo a contratada emitir a respectiva Nota Fiscal Eletrônica, que deverão estar devidamente comprovadas e atestadas pelo agente responsável pelo acompanhamento e fiscalização.
- **3.3** No caso de constatação de irregularidades, como: condição de pagamento indicada em nota fiscal/fatura divergente a da obrigação das contratada, ou se ocorrer adulteração, exigirá a substituição ou a reposição do objeto que, eventualmente, não constar do procedimento de entrega.
- **3.4** O pagamento será efetuado mediante depósito em conta corrente específica da empresa contratada, na agência bancária por ela indicada, com preferência para instituição financeira oficial, desde que não haja nenhuma irregularidade na respectiva nota fiscal/fatura, ou tenha sido devidamente substituída, no caso de sua devolução por motivo de irregularidade.

# Cláusula Quarta Garantia Assistência Técnica e Sua Execução

- **4.1** A licitante vencedora deverá conceder garantia, de no mínimo 12 (doze) meses, observando que durante o período da mesma, se o objeto contratado apresentar defeito deverá ser reparado ou substituído por novo, dependendo do caso concreto, sendo que todas as despesas de locomoção (transporte), mão de obra e outras eventualmente existentes à reposição/conserto/substituição do objeto licitado correrão por conta da licitante vencedora.
- **4.2** Os produtos a serem ofertados pelos licitantes deverá ser novos (1º uso), com o prazo de garantia de no mínimo 12 (doze) meses a contar a partir da Nota Fiscal.
- **4.5** A licitante vencedora deverá atender o chamado no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis; o atraso no atendimento do chamado implicará em aplicação de penalidades, previstas no edital e contrato.
- **4.9** Os pedidos de revisão quando solicitados deverão ser obedecidos prontamente pela autorizada, no prazo de até 05(cinco) dias; o atraso no atendimento implicará em aplicação de penalidades para a licitante vencedora, previstas no edital e contrato.

#### Cláusula Quinta



# ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

#### Do Valor do Contrato e dos Recursos Orçamentários

**5.1** O valor total do presente contrato é de R\$ ...... (.........).

**5.2** As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta de dotação própria constante do orçamento do exercício vigente, na seguinte dotação.

021000.06.181.0044.1056-4.4.90.52 (374) - Equipamento e Material Permanente - Rec. Convênio

021000.06.181.0044.1056-4.4.90.52 (375) - Equipamento e Material Permanente - Rec. Bco Brasil

> Cláusula Sexta Do Reajuste e da Revisão do Preço

**6.1** Os preços serão fixos e irreajustáveis

Cláusula Sétima Das Obrigações da Contratante

- **7.1** Para a execução do objeto do presente contrato, a CONTRATANTE, além das obrigações constantes em cláusulas próprias deste instrumento e daquelas estabelecidas em lei, obriga-se a:
- **7.1.2** Exercer o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento dos bens objeto desta licitação, de modo a assegurar o pleno e total cumprimento da execução do objeto deste contrato;
- **7.1.3** Determinar à CONTRATADA, se constatadas irregularidades no fornecimento, a reparação ou a substituição, no todo ou em parte, de todas as faltas ou defeitos observados, para efeito de eliminar vícios ou incorreções, resultantes da execução do objeto deste contrato;
- **7.1.4** Efetuar o pagamento à CONTRATADA dos valores devidos pelo fornecimento dos bens objeto deste Pregão, após a devida conferência e aprovação pelo agente responsável pelo acompanhamento e fiscalização, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato.

Cláusula Oitava Das Obrigações da Contratada



## ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

- **8.1** Para a execução do objeto do presente contrato, a CONTRATADA, além das obrigações constantes em cláusulas próprias deste instrumento e daquelas estabelecidas em lei, obriga-se a:
- **8.1.2** Entregar no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do pedido emitido pelo Secretário Competente, os bens do objeto do pregão.
- **8.1.3** Assumir todas as despesas de seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, e de transporte, bem como os riscos decorrentes dessa operação, devendo responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato;
- **8.1.4** Entregar os bens devidamente acondicionados, quando for o caso, de forma a não serem danificados durante a operação de transporte, carga e descarga, juntamente com as respectivas notas fiscais/fatura, com suas especificações detalhadas, para efeito de acompanhamento e fiscalização do fornecimento;
- **8.1.5** Providenciar a reparação ou substituição dos bens que, em razão da conferência e fiscalização pela CONTRATANTE, forem objeto de anotações de eventuais faltas ou falhas observadas, a fim de regularizar todos os vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução deste contrato;
- **8.1.6** Manter, durante todo o período de vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de licitação.

# Cláusula Nona Da Vigência

**9.1 O** prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, iniciando a partir da data da assinatura do competente instrumento de contrato, podendo ser prorrogado por até igual período mediante acordo entre as partes e celebração de termo aditivo, nos termos e condições previstos no artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93, com suas modificações posteriores.

# Cláusula Décima Das Sanções Pecuniárias e Restritivas de Direitos

10.1 A empresa convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa



#### ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

exigida para no certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sujeitar-se-á à aplicação de multa de 10% (dez por cento) do valor total da contratação

**10.2** Além da sanção prevista no artigo 7°, da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações posteriores, a contratada ficará sujeita às penalidades de multa, garantida a sua defesa prévia, nos casos e situações seguintes:

#### **10.2.1** Pelo atraso injustificado na execução do contrato:

- **a)** 10 dias, multa de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor da obrigação contratual, por dia de atraso;
- **b)** superior a 10 dias, multa de 1,0 % (um por cento) sobre o valor da obrigação contratual, por dia de atraso.
- 10.3 A inexecução total ou parcial do objeto deste Edital poderá ensejar a rescisão do contrato administrativo, com as consequências contratuais e as demais previstas em lei ou regulamento, podendo acarretar, ainda, a aplicação das seguintes penalidades:
  - a) advertência por escrito;
  - **b)** multa de 5% cinco por cento (inexecução parcial), que será calculado sobre o valor referente à parte da obrigação contratual não cumprida e de 10% dez por cento (inexecução total), que será calculada sobre o valor total do contrato;
  - **c)** suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração, por período não superior a 5 (cinco) anos; e
- 10.4 declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na letra anterior
- 10.5 Os prazos para defesa prévia serão de 5 (cinco) dias úteis, nas hipóteses de advertência, multas, rescisão do contrato ou suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública e de 10 (dez) dias úteis na hipótese de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a



#### ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

Administração Pública.

- 10.6 Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, para efeito de assegurar o direto ao contraditório e de ampla defesa da empresa interessada, sendo que nenhum prazo de recurso se inicia ou corre sem que os respectivos autos estejam com vista franqueada.
- **10.7** Em caso de rescisão do contrato por culpa da empresa contratada, esta perderá em benefício da contratante as garantias prestadas, não tendo direito à indenização de qualquer espécie.

### Cláusula Décima Primeira Da Rescisão do Contrato

- **11.1** O presente contrato administrativo poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial, nos casos previstos no artigo 78, da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores bem como no caso de a CONTRATADA transferir, no todo ou parte, as obrigações decorrentes do fornecimento contratado, sem a devida e prévia anuência, observado o disposto na cláusula vigésima deste contrato.
- **11.2** A rescisão do contrato, assegurado o contraditório e a ampla defesa, poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do artigo 78, da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, observando-se as vias:
  - **a)** amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração CONTRATANTE; ou;
    - b) judicial, nos termos da legislação em vigor.
    - 11.3 A rescisão unilateral do contrato, pela CONTRATANTE ocasionada por incapacidade técnica da CONTRATADA, bem como pelas hipóteses previstas nos incisos I, II, V e VII, do artigo 78, da Lei Federal nº 8.666/93, acarretará as conseqüências previstas em lei e no Edital de Licitação, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis à espécie, dentre as quais:
  - **a)** responsabilidade por prejuízos causados à CONTRATANTE e a terceiros, devidamente comprovados;
  - **b)** retenção dos créditos decorrentes do presente contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.



#### ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

**11.4** O inadimplemento por parte da CONTRATANTE, quanto aos seus deveres impostos pela legislação em vigor e pelo presente contrato administrativo, autorizará a CONTRATADA a pleitear a rescisão, com direito à indenização por eventuais danos ou perdas sofridas e devidamente comprovadas.

### Cláusula Décima Segunda Do Direito de Recurso

- **12.1** Na hipótese de rescisão do presente contrato, determinado por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos de inexecução total ou parcial do ajuste, indicados nos incisos I a XII e XVII, do artigo 78, combinado com o inciso I, do artigo 79, da Lei Federal nº 8.666/93, cabe recurso administrativo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de intimação do ato correspondente.
- **12.2** A intimação do ato de rescisão contratual será feita mediante publicação resumida, na Imprensa Oficial do Estado, e os demais atos, como advertência e multa de mora, em órgão de imprensa escrita com circulação local, e por afixação nos locais de costume, na sede administrativa da Prefeitura.
- **12.3** Cabe, também, representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da data da intimação relacionada com o objeto do contrato, de que não caiba recurso hierárquico.
- 12.4 Os recursos serão apresentados por escrito, endereçados diretamente à autoridade superior, o Prefeito Municipal, mediante requerimento devidamente protocolado na recepção da sede administrativa da Prefeitura Municipal, durante o horário de expediente, no qual serão registrados a data e o horário de entrega, após pagamento dos emolumentos devidos, caso incidentes.
- 12.5 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, nesse caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

# Cláusula Décima Terceira Da Fiscalização da Entrega

13.1 Não obstante a CONTRATADA ser a única e exclusiva responsável pela execução do objeto deste contrato, a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade,



# ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a entrega e ou fornecimento do objeto, diretamente, ou por prepostos formalmente designados.

# Cláusula Décima Quarta Das Responsabilidades

**14.1** A CONTRATADA responde, civil e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa, no cumprimento deste contrato, venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar à CONTRATANTE ou a terceiros, correndo às suas expensas, sem qualquer ônus para a Administração Municipal, o ressarcimento ou indenização pelos danos ou prejuízos causados.

## Cláusula Décima Quinta Do Reconhecimento do Direito à Rescisão Unilateral

- **15.1** A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE de rescindir unilateralmente o presente contrato, por sua inexecução total ou parcial, assim como as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.
- **15.2** Reconhece, também, a CONTRATADA que a rescisão unilateral acarreta como consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei, todas as medidas administrativas previstas neste contrato.

# Cláusula Décima Sexta Da Vinculação ao Edital

**16.1** O presente contrato fica vinculado ao Pregão Presencial nº. **0xx/2.022** assim como a todos os termos e condições da proposta vencedora do certame de licitação, apresentada pela CONTRATADA.

# Cláusula Décima Sétima Da Regência

17.1 O presente contrato regular-se-á pelas suas cláusulas e pelas normas específicas de licitação na modalidade de pregão, instituída pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2.002, aplicando-se, subsidiariamente, as normas gerais sobre licitações e contratos administrativos, estabelecidas pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, especialmente, quanto aos casos omissos, aplicando-se, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado contidas no Código Civil Brasileiro.

Cláusula Décima Oitava Da Subcontratação



ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

# 18.1 NÃO SERÁ PERMITIDA A CESSÃO, TRANSFERÊNCIA, OU A SUBCONTRATAÇÃO (TOTAL OU PARCIAL) DO OBJETO LICITADO. Cláusula Décima Nona

Do Foro

**20.1** Fica eleito o Foro da Comarca de Monte Azul Paulista, sede da Administração, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda do presente contrato, desde que não resolvidas na esfera administrativa.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, que, lido e aprovado, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença de duas testemunhas abaixo identificadas e também signatárias. Comprometendo-se as partes, ainda mais, a cumprirem e a fazer cumprir o presente contrato, por si e por seus sucessores, em Juízo ou fora dele.

Monte Azul Paulista - SP, de	de
Marcelo Otaviano Dos Santos Prefeito Municipal - CONTRATANTE	Sócio-Diretor - CONTRATADA
TESTEMUNHAS:	
Xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	



ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

# ANEXO IX MODELO DO FORMULÁRIO PROPOSTA

À

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL PAULISTA REF: PREGÃO PRESENCIAL nº 026/2022 PROCESSO Nº 133/2022

ASS: PROPOSTA COMERCIAL.

Prezados Senhores,

I- Pela presente, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2.002, regulamentadas pelo Decreto Municipal nº 2136, de 04 de Junho de 2.009, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, e as cláusulas e condições do Pregão Presencial n.º 026/2022.

II - Propomos a Prefeitura do Município de Monte Azul Paulista SP, fornecer Aquisição de diversos equipamentos de TI (Tecnologia da informação), compondo novo data Center na unidade central da GCM (Guarda Cívil Municipal) de Monte Azul Paulista objetivando a instalação e gestão das Câmeras Inteligentes, bem como a captação e tratamento das respectivas imagens, com recursos de origem em Emendas Impositivas, CC-PRC-2022-00225-DM, firmado entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Casa Civil, e o Município de Monte Azul Paulista, e com recursos de contrapartida municipal conforme Anexo I, Termo de Referência, conforme segue:

ITEM	PRODUTO	MARCA	QTD	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	SERVIDOR, DE NO MINIMO 16 GB DE MEMÓRIA RAM, XEON NO MINIMO E- 2236, 6 NUCLEOS NO MINIMO, PRIMEIRO USO, GARANTIA MINIMA DE 06 MESES (PEÇAS, MÃO DE OBRA E SUPORTE LOCAL). GARANTIA 12 MESES. UN		01		
02	VIDEO WALL 3X3, 4K, 9 TELAS, USB, HDMI, GERENCIAVEL, GARANTIA 12 MESES. UN		02		
03	COMPUTADOR COMPLETO ALL IN ONE: COM MINIMO DE 4 GB DE MEMORIA RAM, COM ARAMAZENAMENTO MINIMO DE 256 GB/SSD, WI FI E BLUETOOTH, NO MINIMO WINDOWS 10,CONEXÕES TRASEIRAS (USB, 3.0 E 2.0, HDMI,		04		



# ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

	MICROFONE E FONE DE OUVIDO).  MONITOR DE MINIMO 21,5 ",  RESOLUÇÃO FULL HD, IPS  WIDSCREEN.  COM TECLADO E MOUSE SEM FIO  GARANTIA 12 MESES. UN  MAIN SWITCH, ADAPTIVE,		
04	GERENCIAVEL, 140 GBPS NO MINIMO, GIGASPEED 10/100/1000, GARANTIA DE NO MINIMO 12 MESES. UN	01	
05	SWITCH 9 PORTAS POE. UN	29	
06	NOBREAK: NO MINIMO 2.2 VA, AUTONOMIA DE NO MINIMO DE 03 HORAS, BIVOLT, GARANTIA 12 MESES. UN	1	
07	PATCH PANEL 24 PORTAS, MINIMO CAT 5e. UN	4	
08	CABO DE REDE BLINDADO, CAT 5e, BOBINA COM 300 METROS. UN	02	
09	NOBREAK, 600 VA, BIVOLT, 06 TOMADAS, GARANTIA 12 MESES. UN	28	
10	CONSLOE PARA KVM MONITOR LCD 17", TECLADO E MOUSE, GARANTIA 12 MESES. UN	01	
11	MINI RACK 6 U COM FURO. UN	28	
12	MONITOR PROFISSIONAL, LED 43", 4K, HDMI, USB, ENTRADA E SAIDA DE AUDO, GARANTIA 36 MESES. UN	6	
13	BANDEJA MÓVEL PADRÃO 19" 1U. UN	02	
14	POSTE DE CONCRETO 7,5M X 90 KG. UN	30	
VALOI	R TOTAL		

Valor por Extenso do Total da l	Proposta: (		) Razão
Social do Proponente:	1		
CNPJ(MF) no:	Inscrição esta	adual:	
Endereço:	Bairro:	CEP:	Fax: (_
Telefone: ( )	)		

III- Declaramos conhecimento integral dos termos do Edital da presente licitação e seus anexos, em especial ao prazo de entrega, condições de pagamento dos itens e aos demais atos editalícios aos quais sujeitamos.



# ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

IV- Declaramos que o prazo de validade de nossa proposta é de (no mínimo) 60 (sessenta) dias.

Monte Azul Paulista - SP, 00 de ...... de 2022.

Nome do Responsável

(Carimbo com CNPJ(MF) e assinatura do responsável)

Obs: apresentar dentro do envelopes 01 - PROPOSTA



ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

# ANEXO X TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE:	
CONTRATADO:	
CONTRATO Nº (DE ORIGEM):	
OBJETO:	
ADVOGADO (S)/ Nº OAB/email: (*)	

OBJETO: Aquisição de diversos equipamentos de TI (Tecnologia da informação), compondo novo data Center na unidade central da GCM (Guarda Cívil Municipal) de Monte Azul Paulista objetivando a instalação e gestão das Câmeras Inteligentes, bem como a captação e tratamento das respectivas imagens, com recursos de origem em Emendas Impositivas, CC-PRC-2022-00225-DM, firmado entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Casa Civil, e o Município de Monte Azul Paulista, e com recursos de contrapartida municipal conforme Anexo I, Termo de Referência

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

#### 1. **Estamos CIENTES de que:**

- o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua a) execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações b) de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP:
- além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP", nos termos previstos no Artigo



ESTADO DE SÃO PAULO Praca Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);

e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

# 2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

# Monte Azul Paulista (SP), xx de xxxxxx de 2022

# **AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE**:

Nome: Marcelo Otaviano dos Santos

Cargo: Prefeito

CPF: 118.657.218-32

# RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: Marcelo Otaviano dos Santos

Cargo: Prefeito

CPF: 118.657.218-32

Assinatura:	
-------------	--

# **RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

#### Pelo contratante:

Nome: Marcelo Otaviano dos Santos

Cargo: Prefeito

CPF: 118.657.218-32

А	ssinatura:			

#### Pela contratada:



ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

Assinatura:
ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:
Nome: Marcelo Otaviano dos Santos Cargo: Prefeito CPF: 118.657.218-32
Assinatura:
(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico



ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

#### **ANEXO XI**

# CADASTRO DO RESPONSAVEL PARA A ASSINATURA DO CONTRATO

# (A SER PREENCHIDA EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

A
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL PAULISTA
Praça Rio Branco, nº 86 – Centro
CEP. 14.730-000 – Monte Azul Paulista-SP

REFERENTE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2022 - PROCESSO Nº 133/2022

EMPRESSA:
DADOS DE QUE VAI ASSINAR O CONTRATO:
NOME:
NACIONALIDADE:
DATA DE NASCIMENTO:
SITUAÇÃO CONJUGAL: SOLTEIRO, CASADO DIVORCIADO? _
CPF(MF) RG
CARGO NA EMPRESA: GERENTE, SÓCIO
PROPRIETARIO, PROCURADOR? (SE PROCURADOR, ANEXAR
PROCURAÇÃO
ENDEREÇO RESIDENCIAL: RUA, AVENIDA? Nº, BAIRRO, CIDADE, CEP;
TELEFONE:
E-mail institucional:
E-mail pessoal:
DADOS DO RESPONSAVEL POR RECEBER OS PEDIDOS
NOME:
CARGO NA EMPRESA: GERENTE, SÓCIO PROPRIETARIO, PROCURADOR?
TELEFONE:E-MAIL
◆Obs: apresentar dentro do envelope 02 – DOCUMENTOS